

Rede Sol Fuel Distribuidora S/A

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 2435G-062-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Administradores e Acionistas da
Rede Sol Fuel Distribuidora S.A.
Ribeirão Preto – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Rede Sol Fuel Distribuidora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 da Rede Sol Fuel Distribuidora S.A., apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós e o relatório datado de 13 de março de 2023 apresentou ressalva relativa a não auditoria ou revisão dos saldos comparativos na época de 31 de dezembro de 2021, ressalva esta não aplicável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 13 de março de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-037.321/O-0 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2



Rede Sol Fuel Distribuidora S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.706	3.137
Contas a receber	5	52.663	26.992
Estoques	6	41.684	43.404
Tributos a recuperar	7	8.823	2.795
Adiantamentos	8	5.461	7.192
Outros ativos	-	127	127
Total do ativo circulante		<u>124.464</u>	<u>83.647</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	27	2.269	243
Partes relacionadas	9	900	441
Impostos diferidos	19	3.997	3.997
Outros ativos	-	12	18
		<u>7.178</u>	<u>4.699</u>
Direito de uso de arrendamento	10	595	720
Investimentos	-	-	5.053
Imobilizado	11	83.022	54.820
Intangível	-	6	6
Total do ativo não circulante		<u>90.801</u>	<u>65.298</u>
Total do ativo		<u>215.265</u>	<u>148.945</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Rede Sol Fuel Distribuidora S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	12	3.915	2.571
Empréstimos e financiamentos	13	59.470	31.342
Obrigações tributárias	15	255	699
Parcelamentos tributários	16	1.475	1.395
Obrigações trabalhistas	17	1.478	1.107
Adiantamentos de clientes	14	8.553	457
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.e	9.656	-
Outras contas a pagar	18	9.744	3.053
Total do passivo circulante		<u>94.546</u>	<u>40.624</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	30.018	17.883
Parcelamentos tributários	16	6.015	6.997
Adiantamentos de clientes	14	12.694	12.694
Impostos diferidos	19	1.462	1.531
Total do passivo não circulante		<u>50.189</u>	<u>39.105</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	20.a	61.361	61.361
Reserva legal	20.b	1.916	1.174
Reserva para expansão	20.c	4.414	3.709
Ajustes de avaliação patrimonial	20.d	2.839	2.972
Total do patrimônio líquido		<u>70.530</u>	<u>69.216</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>215.265</u>	<u>148.945</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Rede Sol Fuel Distribuidora S.A.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita operacional líquida	21	1.155.112	1.069.876
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(1.052.686)	(982.565)
Lucro bruto		102.426	87.311
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas gerais	23	(11.612)	(8.437)
Despesas vendas	23	(5.442)	(3.558)
Despesas frota	23	(26.575)	(26.978)
Despesas operações	23	(22.500)	(14.702)
Despesas tributárias	23	(351)	(255)
Despesas depreciação	23	(7.508)	(5.533)
Outras receitas e despesas operacionais	24	5.190	(11.534)
		(68.798)	(70.997)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		33.628	16.314
Resultado financeiro	25	(13.796)	(5.657)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		19.832	10.657
Imposto sobre resultado corrente	26	(5.064)	(4.897)
Imposto sobre resultado diferido	19	69	4.060
Lucro líquido do exercício		14.837	9.820

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Rede Sol Fuel Distribuidora S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	14.837	9.820
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>14.837</u>	<u>9.820</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Rede Sol Fuel Distribuidora S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de lucros	Ajuste avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.361	682	3.243	420	3.094	-	32.800
Aumento de capital	20.a	36.000	-	-	-	-	36.000
Realização custo atribuído	20.d	-	-	-	(185)	185	-
Realização tributos diferidos	20.d	-	-	-	63	(63)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	9.820	9.820
Constituição reserva legal	20.b	-	492	-	-	(492)	-
Constituição reserva para expansão	20.c	-	-	466	-	(466)	-
Juros sobre capital próprio	20.e	-	-	-	-	(8.047)	(8.047)
Dividendos distribuídos	20.e	-	-	(420)	-	(937)	(1.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	61.361	1.174	3.709	-	2.972	-	69.216
Realização custo atribuído	20.d	-	-	-	(201)	201	-
Realização tributos diferidos	20.d	-	-	-	68	(68)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	14.837	14.837
Constituição reserva legal	20.b	-	742	-	-	(742)	-
Constituição reserva para expansão	20.c	-	-	705	-	(705)	-
Juros sobre capital próprio	20.e	-	-	-	-	(5.073)	(5.073)
Dividendos distribuídos	20.e	-	-	-	-	(8.450)	(8.450)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	61.361	1.916	4.414	-	2.839	-	70.530

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Rede Sol Fuel Distribuidora S.A.

Demonstração do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		14.837	9.820
Ajustes para reconciliar:			
Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa	5.c / 8	122	12.327
Depreciações ativo imobilizado	11.a/b	6.727	4.427
Depreciações com arrendamento	10.a	781	847
Juros provisionados de empréstimos	13.b	8.352	2.738
Ajuste a valor presente contas a receber	5.a	147	14
Custo residual dos bens do ativo imobilizado baixado	11.a/b	6.118	-
Custos com Cbios não liquidados	24	6.254	-
Impostos diferidos	21	(69)	(4.060)
Resultado do exercício ajustado		43.269	26.113
Contas a receber de clientes	5	(25.940)	(9.151)
Estoques	6	1.720	(21.064)
Tributos a recuperar	7	(6.028)	(737)
Adiantamentos	8	(1.638)	(886)
Depósitos judiciais	27	(2.026)	227
Outros ativos	-	6	21
Fornecedores	12	1.344	1.691
Obrigações trabalhistas	17	371	168
Obrigações tributárias	15	(444)	(1.800)
Parcelamentos tributários	16	(902)	(1.310)
Adiantamentos de clientes	14	8.096	(3.261)
Outras contas a pagar	18	437	2.443
Caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		18.265	(7.546)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado	11.a	(34.736)	(29.200)
Aquisição de investimentos	-	(1.258)	(5.053)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(35.994)	(34.253)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos financiamentos tomados	13.b	643.639	66.608
Amortização de empréstimos e financiamentos	13.b	(611.728)	(56.897)
Partes relacionadas	9	(459)	74
Pagamentos de arrendamentos	18	(656)	(859)
Aumento de capital	20.a	-	36.000
Dividendos	20.e	(498)	(1.357)
Juros sobre capital próprio	20.e	-	(8.047)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		30.298	35.522
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		12.569	(6.277)
Caixa e equivalentes de caixa - saldo inicial	4	3.137	9.414
Caixa e equivalentes de caixa - saldo final	4	15.706	3.137
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		12.569	(6.277)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Atividades operacionais

A Rede Sol Fuel Distribuidora S.A. (Companhia) atua preponderantemente no ramo de comércio, transporte e distribuição no atacado de álcool carburante, gasolina automotiva, óleo diesel, biodiesel, querosene, gasolina para aviação, óleos combustíveis de altos e baixos teores de enxofre e viscosidade, óleos lubrificantes automotivos e industriais, graxas, óleo queimado e demais derivados de petróleo, exceto a atividade de transporte revendedor retalhista.

A Companhia foi constituída em 30 de novembro de 1998, como Rede Sol Fuel Distribuidora Ltda e transformada em sociedade anônima de capital fechado em 02 de maio de 2011 com sua sede localizada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

1.2. Atuação geográfica

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía 12 (doze) filiais nas seguintes localidades:

Estado	Município
São Paulo	Ribeirão preto (<i>matriz</i>)
São Paulo	Jardinópolis
São Paulo	Paulínia
São Paulo	Guarulhos
Santa Catarina	Biguaçu
Goiás	Senador Canedo
Bahia	Itabuna
Minas Gerais	Passos
Mato Grosso	Várzea grande
Paraná	Araucária
Rio de Janeiro	Duque de Caxias
Maranhão	São Luis
Tocantins	Gurupi

Além das localidades mencionadas acima a Companhia possui permissões para atuar no estado do Rio Grande do Sul, Amapá, e no Distrito Federal. Para o combustível de aviação possui a permissão para atuar em todo o território nacional.

A Companhia também conta com 25 (vinte e cinco) áreas concessionadas para o armazenamento de combustíveis.

2. Bases de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09) e estão de acordo os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis em 13 de março de 2024.

2.1. Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações contábeis foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia, é o Real, que é a moeda do seu principal ambiente econômico de operação.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses da data do reporte são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

a) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação são:

- Perdas de crédito esperadas;
- Vida útil dos ativos imobilizado e intangível;
- *Impairment* de ativo imobilizado e intangível;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Processos judiciais, administrativos e contingências; e
- Provisão para créditos de descarbonização.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão mensuradas ao custo amortizado.

As contas a receber, que não atendem ao critério de recebimento de principal e juros, são avaliadas pelo valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente, destacando-se as vendas com prazo de recebimento acima de 30 dias, sendo os juros embutidos nos preços aos clientes deduzidos da receita.

Os valores antecipados dessas vendas a prazo são desconsiderados do contas a receber da Companhia. Perdas de crédito esperadas, quando aplicável, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

d) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo das perdas de crédito esperadas.

O valor das perdas é apurado por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica e considerando os segmentos operacionais dos clientes.

e) Estoques

O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, além de outros custos necessários para colocá-los na localização e condições atuais.

Os estoques de derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

Os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao valor de reposição.

Todos os ajustes de temperatura e variações apontadas de cargas e descargas estão demonstrados nas contas do resultado.

f) Tributos ativos e passivos correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação.

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, a Companhia confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações contábeis e em outros relatórios da administração, que, entre outras coisas, refletem o impacto potencial de assuntos relacionados ao clima nos negócios, como o aumento do custo de produção resultante das medidas de redução da emissão de gás carbônico.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

h) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

O imobilizado da Companhia inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques, bombas e bases de distribuição de combustíveis.

A depreciação é pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados. As instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros são depreciadas pelo prazo dos contratos celebrados com os clientes. As taxas das depreciações praticadas pela Companhia são:

- Edificações: 4% ao ano
- Máquinas Equipamentos: 10% ao ano
- Equip. Informática: 20% ao ano
- Veículos: 20% ao ano

A vida útil de um ativo e os métodos de depreciação são revistos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis. Em 2023, a Companhia revisou a vida útil econômica dos ativos imobilizados, tendo como base a avaliação da administração, e não foi identificada alteração na vida útil de seus ativos fixos.

i) Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Demais gastos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os Créditos de Descarbonização (CBIOS) adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível e não são amortizados. Estes ativos podem ser negociados e são utilizados para a liquidação da provisão de CBIOS constituída.

j) Direito de uso

A Companhia reconhece o ativo de direito de uso na data de início do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento ou durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

l) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso.

Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização representam os custos efetivamente incorridos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificados.

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

m) Reconhecimento da receita

A Companhia identifica os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e avalia os bens ou serviços prometidos em contrato e identifica como obrigação de Performance cada promessa de transferir ao cliente:

- Bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- Série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A Companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita à obrigação de performance ao transferir o controle do bem ou do serviço prometido ao cliente. O bem ou o serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle do mesmo.

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, sendo apresentada líquida dos impostos, devoluções, descontos, juros embutidos no preço dos produtos, apropriação de bonificações concedidas aos clientes e bonificações por desempenho.

A contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

n) Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária.

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

o) Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e *IFRS Practice Statement*);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8); e
- Reconhecimento de impostos diferidos de Tributos sobre o Lucro (Alterações no CPC 32/IAS 12).

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

p) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento).

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante.

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

- Acordos de financiamento de fornecedores – alterações ao IAS 7 e IFRS 7.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

- Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2).

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

- Alterações à IAS 21/ CPC 02.

Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição

Descrição	2023	2022
Caixa e bancos	1	889
Aplicações financeiras (i)	15.705	2.248
Total	15.706	3.137

- (i) As aplicações financeiras correspondem a fundos de investimentos no país, cujos recursos encontram-se aplicados majoritariamente em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais brasileiros, e a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de bancos de primeira linha com rendimento médio de 105% do CDI. Todas as aplicações possuem liquidez imediata.

5. Contas a receber, líquidas

a) Composição

Descrição	2023	2022
Contas a Receber (i)	58.587	32.647
(-) PCLD	(5.763)	(5.641)
(-) AVP	(161)	(14)
Total	52.663	26.992

- (i) Parte dos valores a receber apresentados em 31/12/2023 foram adquiridos pelo Fundo de direitos creditórios REAL CRED FUNDO INVESTIMENTOS (valor de R\$44.254). Os valores adiantados e adquiridos pelo fundo são registrados na conta de empréstimos em contas do passivo devido ao fato da existência de cláusulas contratuais que exige ao cedente Rede Sol a recompra de títulos vencidos. A taxa de desconto praticada pelo fundo é de em média 1,55% ao mês a contar da data de emissão até a data de vencimento da duplicata. No exercício de 2023 foram adquiridos pelo fundo um valor total de R\$550.673.

b) Composição por idade de vencimento

Composição por idade de vencimento de contas a receber, bruto da provisão para crédito de liquidação duvidosa, 31/12/2023:

Descrição	2023	2022
Vencidos (i)	31.348	11.557
A vencer até 30 dias	27.238	20.932
A vencer entre 31 e 60 dias	1	158
Total	58.587	32.647

- (i) Em períodos subsequentes os saldos vencidos apresentaram um valor de R\$16.281 o qual corresponde a basicamente contas a receber junto a órgãos públicos que se encontram em fase de cobrança jurídica com os assessores jurídicos internos da Companhia. Adicionalmente os processos de cobrança judicial vem tendo resultados positivos para a Rede Sol visto que estão sendo emitidos pelos órgãos governamentais cartas de precatórios sobre os valores pendentes.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

No exercício de 2023 foram provisionados valores pendentes a mais de 1 ano.

Descrição	2023	2022
Saldo Inicial	(5.641)	(6.223)
(+) Adição	(122)	(570)
(-) Reversão/Baixa	-	1.152
Total	(5.763)	(5.641)

6. Estoques

a) Composição

Descrição	2023	2022
Gasolina	17.107	8.453
Óleo Diesel	19.173	25.908
Gasolina Aviação e QAV	326	2.528
Etanol hidratado	831	767
Etanol anidro	1.918	2.239
Biodiesel	2.074	3.392
Outros	255	117
Total	41.684	43.404

7. Tributos a recuperar

a) Composição

Descrição	2023	2022
ICMS a recuperar (i)	4.673	1.963
IRRF a recuperar	57	20
Demais impostos	747	382
PIS e CONFINS a recuperar	1.794	-
IRPJ a recuperar	1.092	315
CSSL a recuperar	460	115
Total	8.823	2.795

- (i) **ICMS a recuperar:** valores sobre vendas diretas a consumidores finais de gasolina e diesel, donde o ICMS é exigido através do regime de substituição tributária e o ente tributante, nos casos específico o Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, presume o valor final do produto para cálculo do tributo.

8. Adiantamentos

a) Composição adiantamentos

Descrição	2023	2022
Adiantamento a fornecedores	17.218	15.580
Adiantamentos a acionistas	-	3.369
(-) PECLD (i)	(11.757)	(11.757)
Total	5.461	7.192

(i) Referem-se a adiantamentos realizados pela empresa Biopetróleo que foram repassados ao fornecedor Petrozil com o intuito de fornecer combustível. O papel da Companhia na operação foi de armazenagem de combustível. No entanto por motivos operacionais o fornecedor não cumpriu a sua parte no acordo, e a empresa Biopetróleo abriu uma ação Judicial contra a Rede Sol. Os casos estão com os assessores jurídicos os quais alegam que a perda do processo é considerada remota, visto que a Rede Sol não possui nenhuma obrigação no fornecimento do combustível e sim como armazenadora. No entanto a realização da perna ativa envolvendo a operação depende do desfecho do processo, sendo assim até a conclusão do processo o saldo ativo seguirá provisionado.

9. Partes relacionadas

a) Composição

Descrição	2023	2022
WBN Empreend. e Part Ltda.	900	441
Total	900	441

b) Remuneração de pessoal-chave da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, que contempla a direção, totalizou R\$ 1.260 (R\$ 1.110 em 2022), registrados nos grupos de despesas vendas, gerais e administrativas.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

10. Direito de uso

a) Composição

Descrição	Ativo
Saldo em 31/12/2021	1.567
(+) Adições (novas estimativas)	-
(-) Depreciação	(847)
Saldo em 31/12/2022	720
(+) Adições (novas estimativas)	656
(-) Depreciação	(781)
Saldo em 31/12/2023	595

A Companhia reconhece o ativo do direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data de início do contrato. Os ativos de direito de uso são depreciados pelos prazos contratuais.



11. Imobilizado

a) Composição ativo imobilizado

Imobilizado custo	Terrenos (i)	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equip. de informática	Veículos	Em andamento	Adiantamentos	Total
Saldo em 31/12/2021	161	3.109	7.253	97	27.726	204	-	38.550
(+) Adições	-	54	3.799	24	3.535	12.866	8.922	29.200
Saldo em 31/12/2022	161	3.163	11.052	121	31.261	13.070	8.922	67.750
(+) Adições	428	-	3.314	29	13.085	11.331	6.549	34.736
(-) Baixas	-	-	(3.227)	(49)	(10.694)	-	-	(13.970)
(+ -) Transferência	6.311	-	5.384	-	8.922	(5.384)	(8.922)	6.311
Saldo em 31/12/2023	6.900	3.163	16.523	101	42.574	19.017	6.549	94.827

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equip. de informática	Veículos	Em andamento	Adiantamentos	Total
Saldo em 31/12/2021	-	(320)	(1.093)	(64)	(11.716)	-	-	(13.193)
(+) Adições	-	(157)	(594)	(12)	(3.478)	-	-	(4.241)
Saldo em 31/12/2022	-	(477)	(1.687)	(76)	(15.194)	-	-	(17.434)
(+) Adições	-	(132)	(1.086)	(16)	(5.291)	-	-	(6.525)
(-) Baixas	-	-	21	48	7.783	-	-	7.852
Saldo em 31/12/2023	-	(609)	(2.752)	(44)	(12.702)	-	-	(16.107)

Saldo líquido	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equip. de informática	Veículos	Em andamento	Adiantamentos	Total
31/12/2022	161	2.686	9.365	45	16.067	13.070	8.922	50.316
31/12/2023	6.900	2.554	13.771	57	29.872	19.017	6.549	78.720

- (i) A Companhia concluiu a aquisição das empresas "ASINARA" e "MEGAPAR", que possuem em seu patrimônio somente frações do terreno onde fica a filial de Passos – MG, dado a concentração de patrimônio e a intenção de uso, a companhia transferiu o saldo para a rubrica de imobilizado. As empresas serão incorporadas no primeiro semestre do exercício de 2024.

b) Composição avaliação patrimonial

Avaliação patrimonial	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2022	995	6.117	2.880	9.992
Saldo em 31/12/2023	995	6.117	2.880	9.992

Depreciação avaliação patrimonial	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2021	-	(2.422)	(2.880)	(5.302)
(+) Adições	-	(186)	-	(186)
Saldo em 31/12/2022	-	(2.608)	(2.880)	(5.488)
(+) Adições	-	(202)	-	(202)
Saldo em 31/12/2023	-	(2.810)	(2.880)	(5.690)

Saldo líquido	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Total
31/12/2022	995	3.509	-	4.504
31/12/2023	995	3307	-	4.302

Saldo líquido Total Imobilizado	Total
31/12/2022	54.820
31/12/2023	83.022

12. Fornecedores

a) Composição

Descrição	2023	2022
Fornecedores combustíveis	252	822
Fornecedores fretes	1.112	424
Fornecedores diversos	681	502
Fornecedores ativos fixos	1911	829
(-) Ajuste a valor presente	(41)	(6)
Total	3.915	2.571

13. Empréstimos e financiamentos

a) Práticas contábeis

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

Descrição	Modalidade	Taxa juros	2023	2022
Banco Safra (ii)	CDC	9,90% a.a.	82	878
Banco do Brasil (ii)	CDC	10,43% a.a.	1.398	3.051
Banco do Brasil (ii)	CDC	4% a.a.+CDI	398	605
Banco Mercedes (ii)	CDC	14,01% a.a.	333	378
Banco do Brasil (i)	CDCA	12,55% a.a.	-	13.252
Banco do Brasil (ii)	Giro	3,95% a.a.+CDI	-	7.119
Banco Toyota (ii)	Financiamento	20% a.a.	35	131
Banco VW (ii)	Financiamento	17,74% a.a.	2.138	2.749
Banco do Brasil (ii)	CDC	16,62% a.a.	4.287	-
Banco do Brasil (ii)	CDC	16,63% a.a.	2.933	-
Banco do Brasil (ii)	CDC	15,94% a.a.	2.016	-
Real Cred (iii)	FIDC	1,55% a.m.	44.254	21.062
Carta Comercial FI				
Esmeralda (iv)	Financiamento	1,5% a.m.	15.807	-
Carta Comercial FI Chobai (iv)	Financiamento	1,5% a.m.	15.807	-
Total			89.488	49.225
Circulante			59.470	31.342
Não circulante			30.018	17.883

- (i) **Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA** - em 27 de outubro de 2021, a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio, junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 18.000, com taxa de 12,55% a.a., prazo de 3 anos.
- (ii) **Demais movimentações** – para o exercício de 2023 foram captados diversos empréstimos para investimentos na compra de novos caminhões devido alta demanda da comercialização de combustível. Adicionalmente para os empréstimos de capital de giro não houve novas captações, somente o provisionamento dos juros a incorrer devido a alta das taxas indexadas ao longo do exercício.
- (iii) **Real Cred Fundo Investimentos – FIDC** – os valores a pagar em 31/12/2023 foram adquiridos pelo Fundo de direitos creditórios Real Cred Fundo Investimentos. A taxa de desconto praticada pelo fundo é de em média 1,55% ao mês a contar da data de emissão até a data de vencimento da duplicata, na data de fechamento havia R\$ 19.934 milhões em duplicatas vencidas e não recompradas que foram liquidadas no exercício de 2024. No exercício de 2023 foram adquiridos pelo fundo um valor total de R\$ 550.673 milhões.
- (iv) **Carta comercial** – registrado a 1ª emissão de notas comerciais no valor de R\$30.000 milhões com vencimento em 26/12/2027 e juros de 1,5% ao mês.

b) Movimentação e conciliação com os fluxos de caixa de financiamentos

Descrição	2023	2022
Saldo inicial	49.225	42.818
(+) Captações	643.639	66.608
(-) Amortização do principal	(609.318)	(54.158)
(-) Amortização dos juros	(2.410)	(2.739)
(+) Provisionamento dos juros	8.352	2.738
(+/-) Reversão juros a incorrer	-	(6.042)
Total	89.488	49.225

Aging	2023	2022
2023	-	31.342
2024	59.470	11.132
2025	15.314	5.384
2026	13377	687
2027	1327	680
Total	89.488	49.225

14. Adiantamentos de clientes

Composição adiantamentos passivos

Descrição	2023	2022
Adiantamento de clientes	21.247	13.151
Total	21.247	13.151
Circulante	8.553	457
Não circulante (i)	12.694	12.694

- (i) Referem-se a adiantamentos realizados pela empresa Biopetróleo que foram repassados ao fornecedor Petrozil com o intuito de fornecer combustível. O papel da Companhia na operação foi de armazenagem de combustível. No entanto por motivos operacionais o fornecedor não cumpriu a sua parte no acordo, e a empresa Biopetróleo abriu uma ação Judicial contra a Rede Sol. Os casos estão com os assessores jurídicos os quais alegam que a perda do processo é considerada remota, visto que a Rede Sol não possui nenhuma obrigação no fornecimento do combustível e sim como armazenadora. No entanto a realização da parte ativa envolvendo a operação depende do desfecho do processo, sendo assim até a conclusão do processo o saldo ativo seguirá provisionado.

15. Obrigações tributárias

a) Composição

Descrição	2023	2022
PIS a recolher	3	2
COFINS a recolher	10	10
ICMS a recolher	205	560
IRRF a recolher	4	99
Outros impostos a recolher	33	28
Total	255	699

16. Parcelamentos tributários

a) Composição

Descrição	2023	2022
Parcelamento Pert 1326419 (i)	633	687
Parcelamento ANP	13	17
Parcelamento IOF (ii)	429	428
DVA Parcelamento SC (iii)	39	10
ICMS Difal Parcelamento MG (iv)	6.376	7.200
Demais parcelamentos	-	50
Total	7.490	8.392
Circulante	1.475	1.395
Não circulante	6.015	6.997

- (i) Os parcelamentos do imposto de renda e contribuição social, referentes aos períodos base de 2010 e 2011 foram formalizados durante o exercício de 2017, através do programa denominado PERT – Programa de Regularização Tributária, cujos prazos de pagamento foram determinados em 150 meses.
- (ii) O parcelamento do IOF referente a Contratos de Mútuos foi formalizado durante o exercício de 2017, através do programa denominado PERT – Programa de Regularização Tributária, cujos prazos de pagamento foram determinados em 150 meses.
- (iii) O parcelamento DVA referente multa ambiental, foram formalizados durante o exercício de 2018, junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, cujos prazos de pagamento foram determinados em 60 meses.
- (iv) O parcelamento de ICMS referente a diferença de alíquotas, foram formalizados durante o exercício de 2018, junto ao Governo do Estado de Minas Gerais, cujos prazos de pagamento foram determinados em 120 meses.

17. Obrigações trabalhistas

a) Composição

Descrição	2023	2022
Remuneração a pagar	-	6
FGTS a recolher	84	58
INSS a recolher	482	287
Provisão de férias	912	756
Total	1.478	1.107

18. Outras contas a pagar

a) Composição

Descrição	2023	2022
Cbios (i)	8.627	2.090
Outros	599	963
Total	9.226	3.053

(i) A Companhia possui uma liminar referente a não aposentadoria das metas de 2022 e 2023, pois a Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os valores não refletem o propósito das CBIOS, pois o mesmo deveria ser cobrado nas refinarias e não nas distribuidoras. O saldo está provisionado pelo valor de mercado das CBIOS referentes as metas de 2022 e 2023.

19. Impostos diferidos

a) Composição ativo

Descrição	Ajuste valor recuperável	IRPJ (25%)	CSSL (9%)	Total
PECLD Nota Explicativa nº 8	11.757	2.939	1.058	3.997
Saldo 31/12/2023 e 2022		2.939	1.058	3.997

b) Composição passivo

Descrição	Avaliação patrimonial	IRPJ (25%)	CSSL (9%)	Total
Saldo 31/12/2021	4.690	1.173	423	1.596
Depreciação do exercício	(186)	(47)	(18)	(65)
Saldo 31/12/2022	4.504	1.126	405	1.531
Depreciação do exercício	(202)	(47)	(22)	(69)
Saldo 31/12/2023	4.302	1.079	383	1.462

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 61.361, está composto por 61.360.765 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

A Companhia poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração e nas condições determinadas por aquele órgão, aumentar o capital social, mediante a emissão de ações ordinárias.

b) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva para expansão

Constituída com justificativa técnica e aprovação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a respeito dos valores e da destinação, para garantir investimentos compatíveis com o desenvolvimento dos negócios da Companhia, constituída pela parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido, após a destinação da reserva legal, do dividendo obrigatório, de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

d) Avaliação patrimonial

Constituídas em decorrência de avaliações de bens do ativo imobilizado e realizadas por depreciação, baixa e quando aplicável, pela constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens avaliados, contra lucros acumulados.

Descrição	2023	2022
Custo Avaliação Patrimonial	9.992	9.992
Depreciação acumulada	(5.690)	(5.489)
Impostos diferidos passivo	(1.463)	(1.531)
Total	2.839	2.972

e) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 2023 a Companhia realizou distribuição de dividendos de R\$ 8.450 (R\$ 1.357 em 31 de dezembro de 2022), e de dividendos através de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 5.073 milhões (R\$ 8.047 em 31 de dezembro de 2022).

21. Receita operacional líquida

a) Composição

Descrição	2023	2022
Gasolina	463.339	355.878
Diesel/biodiesel	627.576	689.652
Etanol hidratado	9.152	6.829
Aviação - GAV/QAV	59.073	45.602
Prestação de serviços (i)	15.501	9.823
(-) Devolução de vendas	(5.743)	(5.554)
(-) PIS E COFINS	(3.277)	(4.732)
(-) ICMS/ICMS ST	(9.234)	(23.379)
(-) Deduções sobre serviços	(1.275)	(4.243)
Total	1.155.112	1.069.876

(i) Serviços referente a fretes e serviços de armazenagem em bases próprias da Companhia.

Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a comercialização de combustíveis como gasolina, diesel, querosene de aviação, etanol, e óleo combustível, lubrificantes, dentre outros. Esses produtos são adquiridos, substancialmente, da Petrobras e são revendidos a postos de serviços, indústrias, empresas aéreas, governos, empresas de transporte, transportadores revendedores retalhistas, entre outros consumidores.

22. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

a) Composição

Descrição	2023	2022
Gasolina	(434.799)	(323.611)
Diesel/biodiesel	(574.189)	(636.586)
Etanol hidratado	(8.001)	(6.175)
Aviação - GAV/QAV	(39.052)	(25.703)
(+/-) Ganho ou (perda) de estoques	3.355	9.510
Total	(1.052.686)	(982.565)

23. Despesas operacionais

a) Composição

Descrição	2023	2022
Aluguéis	(583)	(522)
Armazenagem	(5.403)	(3.827)
Combustíveis uso interno	(10.478)	(12.071)
Comissões	(2.454)	(1.025)
Custas processuais	1.463	(93)
Depreciação	(6.727)	(5.533)
Folha de pagamento	(17.152)	(13.717)
Fretes	(12.545)	(7.976)
Impostos, taxas e licenças	(743)	(683)
Manutenção e conservação	(4.918)	(2.911)
Pedágios	(2.969)	(3.901)
Propaganda	(119)	(290)
Seguros	(286)	(380)
Serviços prestados	(4.755)	(2.617)
Vigilância	(1.227)	(1.259)
Outros gastos	(5.092)	(2.658)
Total	(73.988)	(59.463)
Despesas administrativas gerais	(11.612)	(8.437)
Despesas vendas	(5.442)	(3.558)
Despesas frota	(26.575)	(26.978)
Despesas operações	(22.500)	(14.702)
Despesas tributárias	(351)	(255)
Despesas depreciação	(7.508)	(5.533)
Total	(73.988)	(59.463)

24. Outras receitas e despesas operacionais

a) Composição

Descrição	2023	2022
Recuperação de despesas	6.680	784
Receita na alienação	10.296	2.953
Custo das baixas	(5.260)	(193)
Gastos com CBIO (i)	(6.254)	(2.291)
Perdas	(150)	(461)
PECLD	(122)	(12.326)
Total	5.190	(11.534)

(i) Valores referente à aposentadoria das quotas adquiridas para descarbonização negociada em mercado aberto conforme instruções e meta divulgada pela ANP.

25. Resultado financeiro

a) Composição

Descrição	2023	2022
Descontos obtidos e juros ativos	871	978
Rendimentos de aplicação financeiras	275	492
(-) Juros	(13.039)	(4.969)
(-) Outras despesas financeiras	(1.903)	(2.158)
Total	(13.796)	(5.657)

26. Impostos sobre a renda

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Descrição	2023	2022
Lucro líquido antes dos impostos	19.832	10.657
IRPJ e CSSL (% nominal 34%)	6.743	3.623
Ajustes da alíquota efetiva:		
(+) Adições	4.589	4.511
(-) Exclusões	(6.084)	(3.127)
(-) PAT	(91)	(28)
(-) Adicional	(93)	(82)
IRPJ e CSSL	5.064	4.897
Alíquota efetiva	26%	46%

27. Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências

a) Depósitos Judiciais

A Companhia mantém R\$ 2.269 (R\$243 em 31 de dezembro de 2022) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais.

b) Processos ativos

A Companhia através de seus assessores jurídicos possui diversos processos em que se encontra como polo ativo. Os processos estão substancialmente representados por cobranças judiciais na esfera civil.

c) Processos não provisionados (perdas possíveis)

A Companhia através de seus assessores jurídicos participa de diversos processos em que se encontra como polo passivo. Os processos estão substancialmente representados pelas esferas cíveis, trabalhistas e tributárias. Em 31 de dezembro de 2023 os processos passivos montam R\$ 5.397 (R\$ 572 em 2022)

28. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados a seguir:

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Ativo	2023	2022
Caixa e bancos	1	889
Aplicações financeiras	15.705	2.248
Contas a receber	52.663	26.992
Adiantamentos	5.461	7.192
Partes relacionadas	900	441
Total	74.730	37.762

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

Passivo	2023	2022
Fornecedores	3.915	2.571
Empréstimos e financiamentos	89.488	49.255
Adiantamento de clientes	21.247	13.151
Total	114.650	64.977

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado.

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal responsável os administradores, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

A gestão de riscos da Companhia considera o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros perante a Companhia (risco de crédito), bem como o risco gerado pelas variáveis negociadas no mercado financeiro (risco de mercado), entre outros.

a) Gerenciamento de risco cambial

A Companhia está exposta pelas variações cambiais que podem impactar de forma significativa a formação dos preços dos produtos comercializados. As oscilações do câmbio são acompanhadas diariamente pela diretoria executiva o qual efetua as previsões de compras para refletir no preço de vendas.

b) Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia, atualmente não utilizam instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

c) Gerenciamento de risco de preços

Atualmente a política de preços da Rede Sol para diesel e gasolina, além de levar em consideração fatores como sua capacidade de compra, tem como objetivo alinhar os preços de derivados de petróleo com o mercado internacional. Com isso, o preço do combustível no mercado interno tem sofrido alterações para acompanhar esse movimento.

d) Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia está associado a dificuldades para liquidação de seus passivos financeiros nos devidos vencimentos, em virtude de possíveis insuficiências de caixa ou de ativos financeiros. Para monitoramento desse risco, a Companhia centraliza a gestão do caixa na área financeira, trabalhando com previsões de fluxos de caixa que são revistas mensalmente e discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

As principais fontes de liquidez da Companhia derivam **(a)** do fluxo de caixa gerado por suas operações, **(b)** do saldo de caixa e aplicações financeiras e **(c)** de eventuais empréstimos e financiamentos.

A Companhia acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus usos de fontes atuais, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

e) Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados os comportamentos de pagamento do cliente e de seu grupo econômico, as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), as garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência aprovada pela Administração para concessão de crédito.

f) Gestão do capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos, almejando manter um perfil adequado de endividamento e garantindo retorno aos seus acionistas.

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade que apresenta uma estimativa dos possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido, caso ocorressem mudanças na variável de risco relevante razoavelmente possíveis naquela data.

Premissas

A Companhia entende que está exposta principalmente ao risco de variação positiva do CDI, que é base para atualização dos empréstimos e financiamentos, uma vez que os saldos dessa conta são superiores às aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa. A taxa considerada na sensibilidade foi extraída do sistema expectativas, do Banco Central do Brasil.

Premissas

Redução da taxa do CDI	Cenário razoavelmente possível
Empréstimos e financiamentos	9,25%
Aplicações financeiras	9,25%

* * *